



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Temático: Movimentos Sociais e participação social

**A importância dos movimentos e lutas sociais na conjuntura
de dominação/exploração imperialista latino-americana na
contemporaneidade**

Aliceane de Almeida Vieira¹
Geraldo Medeiros Júnior²

Resumo: Os movimentos e lutas sociais latino-americanas nas contradições e crises da sociedade capitalista contemporânea configuram-se como produto das lutas de classes, por direitos, políticas públicas e justiça social sob a dominação do imperialismo e dependência. Objetiva-se compreender o papel dos movimentos e lutas sociais na conjuntura de exploração imperialista na América Latina na contemporaneidade. O presente estudo é resultante de pesquisa bibliográfica e à direção teórico-metodológica adotada no materialismo histórico-dialético. A realidade estudada demonstra novos processos de luta e resistência, mobilizações populares têm ocorrido na região, com ciclos de protestos ocorridos nos principais países da América Latina.

Palavras-chave: Imperialismo; Dependência; Movimentos sociais; Lutas sociais; América Latina.

Abstract: Latin American social movements and struggles in the contradictions and crises of contemporary capitalist society are configured as a product of class struggles, for rights, public policies and social justice under the domination of imperialism and dependence. The objective is to understand the role of social movements and struggles in the conjuncture of imperialist exploitation in contemporary Latin America. The present study is the result of bibliographic research and the theoretical-methodological direction adopted in historical-dialectical materialism. The reality studied demonstrates new processes of struggle and resistance, popular mobilizations have taken place in the region, with cycles of protests taking place in the main countries of Latin America.

Keywords: Imperialism; Dependency; Social movements; Social struggles; Latin America.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alicealvieira@gmail.com

² Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Departamento de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: geraldomedeirosjr@uol.com.br



1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desse estudo é compreender a importância do papel dos movimentos e lutas sociais na conjuntura de dominação/exploração imperialista na América Latina na contemporaneidade.

Para Marx e Engels (2010, p. 40) “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.” Entende-se que as lutas dos movimentos sociais, enquanto produto das lutas de classes, por direitos, políticas públicas e justiça social frente aos seus desmontes na contemporaneidade, segundo Iamamoto (2018, p. 211) “intensifica-se a criminalização das classes subalternas – especialmente de jovens, negros, trabalhadores residentes nas periferias de grandes cidades – e dos movimentos sociais no campo e na cidade”, no contexto da América Latina (AL) sob o domínio e exploração contraditórios³ do imperialismo⁴ e capitalismo dependente. Dessa forma, é preciso compreender que:

imperialismo e dependência são interdependentes, [...], e confluem, com o mesmo sentido e significado, na criação e reprodução ampliada de formas cada vez mais efetivas de controle e dominação sobre o excedente econômico e sobre a força de trabalho. [...] em todas essas fases, vemos que, à dominação externa nas relações internacionais, sempre corresponde uma dominação social interna. Logo, ainda que a unidade de análise privilegiada da dependência e do subdesenvolvimento seja a nação, o que explica tais processos são as estruturas e a relação de classe. (DUARTE, ADOUE, 2021, p. 202)

Os estudos realizados têm apontado para um intenso processo de crises econômicas, políticas e sociais sob golpes de governos de direita, retrocessos políticos e democráticos, ofensivas do capital contra a classe trabalhadora, impactos regressivos para as lutas e resistências contra o imperialismo, a ideologia neoliberal, a financeirização do capital, na AL. Nesse sentido, conforme Mészáros (2011, p. 65) “a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade.” E, Netto e Braz (2007, p. 203) o “estágio imperialista não apresenta qualquer solução efetiva para nenhuma das contradições imanentes ao modo de produção capitalista (MPC).” Diante desse contexto, o Estado tem sua refuncionalização na economia de modo a assegurar os superlucros e preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalista, por meio de funções econômicas diretas e indiretas, no capitalismo contemporâneo.

³ Nesse aspecto, o capitalismo “é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação é, ao mesmo tempo, a expressão, a solução progressiva e a potencialização dessa contradição.” (LOUREIRO, 2018, p. 123)

⁴ A trajetória histórica, com mais de um século, do imperialismo passou por significativas transformações, distinguindo-se em três fases: 1) a fase clássica (1890-1940), 2) a fase dos anos dourados (fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970) e 3) a fase do capitalismo contemporâneo (de meados dos anos de 1970 até os dias atuais). (NETTO, BRAZ, 2007)



Dessa forma, pretendemos contribuir com reflexões e discussões críticas sobre os movimentos e lutas sociais e de classes latino-americanas nas contradições da sociedade capitalista contemporânea. É importante salientar que a incorporação do debate dos movimentos sociais no Serviço Social surge a partir da indagação da relação que os assistentes sociais constroem com os movimentos sociais considerando-se os pressupostos ético-políticos do Projeto Profissional. Atualmente, torna-se fundamental compreender a apropriação das dimensões teórico-conceitual, político-organizativa e da prática profissional da profissão sobre o tema.

Para a apreensão do objeto de estudo parte-se de algumas premissas consideradas basilares para o entendimento da temática aqui proposta. Primeiramente, destaca-se à direção teórico-metodológica adotada no materialismo histórico-dialético. É a partir da perspectiva de totalidade que compreenderemos as determinações da produção material da vida humana, uma vez que, esta produção material envolve determinações econômicas, políticas, sociais e culturais que na transcorrência desta articulação estruturam-se as formas ideológicas e o conteúdo espiritual de cada período histórico.

O nosso procedimento investigativo desenvolveu-se mediante pesquisa bibliográfica. Conforme destaca Gil (2002) o levantamento bibliográfico é importante para a formulação do problema de pesquisa, porém, por si só, ele é insuficiente. Essa técnica requer reflexão crítica sobre os assuntos estudados, de forma que seja possível identificar controvérsias entre os diferentes autores, identificar abordagens teóricas relevantes para o estudo do fenômeno e, se possível, optar por uma abordagem teórica capaz de fundamentar a pesquisa. Parte-se do levantamento da produção teórica crítica e recorrendo às referências latino-americanas de autores, artigos acadêmicos, livros, teses e publicações de pesquisas recentes, institutos de pesquisas, sites de movimentos sociais, dentre outras fontes, que discutem sobre os movimentos sociais e lutas de classes na contemporaneidade.

2 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NA AMÉRICA LATINA: CRISES, IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA

A discussão teórica inicia-se a partir do contexto da crise⁵ capitalista no cenário contemporâneo, na qual configura-se um novo capitalismo imperialista com a consolidação da mundialização do capital, com forte quadro político e institucional financeiro. (NETTO e BRAZ, 2007). É fundamental ressaltar que o percurso histórico do modo de produção

⁵ Silva e David (2020) apontam que, historicamente, as crises do capitalismo tendem a promover alterações conjunturais que impactam significativamente a economia política internacional. O imperialismo, que expressa as relações capitalistas de dominação e dependência nesse âmbito, assume o papel de prover, a partir do centro global, alternativas à crise, com vistas à manutenção da hegemonia deste e de suas grandes corporações.



capitalista (MPC) é marcado por profundas crises econômicas, refletindo o caráter contraditório da sociabilidade do capital⁶. Diante disto, além de suas contradições, as crises são constitutivas do funcionamento do MPC, garantindo um solo fértil para o processo de acumulação do capital. Destarte, as crises são funcionais quando estabelecem os mecanismos:

mediante os quais o MPC restaura, [...] em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade. Por isso mesmo, as crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam suas consequências – não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo. (NETTO, BRAZ, 2007, p. 162)

À vista disso, as crises atingidas no conjunto dos países centrais e periféricos, mobilizam processos políticos cuja hegemonia implica situá-las no âmbito das relações de forças entre as classes sociais, suas repercussões e estratégias para superá-las foram extremamente desiguais. (MOTA, 2015)

A definição elaborada por V. Lênin de imperialismo como fase monopolista do capitalismo caracteriza-se como superestrutura necessária do capitalismo monopolista, que tem seu alicerce de sustentação social na hegemonia do capital financeiro e na emergência de uma aristocracia operária, deriva da lógica de conquista econômica e territorial que confere como modelo de relacionamento entre cartéis internacionais e as potências capitalistas que disputam o controle da economia global. Desse modo, seus cinco traços fundamentais são:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias [...]; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011, p. 218)

De acordo com o autor, o desenvolvimento da dominação dos monopólios e do capital financeiro adquiriu importância com a exportação de capitais, iniciando sua expansão pelos trustes internacionais e terminando entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2019). Essas características, também, são apontadas por Netto e Braz (2007) como sendo próprias do estágio imperialista, no qual o capitalismo, na sua fase de dominação dos monopólios, constituiu-se com um sistema econômico mundial.

⁶ Nesse cenário, o capital “quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para a sua expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 70)



Outra importante contribuição teórica sobre o imperialismo⁷ é apresentada por D. Harvey⁸ (2005, p. 107), a partir do papel interno das relações de classes e da luta de classes, bem como, o padrão particular de alianças de classes instaurado no Estado⁹, configurando-se como:

a conversão a uma forma liberal de imperialismo (forma que agregava a si uma ideologia do progresso e de uma missão civilizatória) não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios e [...] da recusa a absorver a sobreacumulação internamente por meio de reformas sociais domésticas, mesmo diante de crescentes clamores dos movimentos da classe trabalhadora.

O desenvolvimento capitalista revelou-se com relação aos países atrasados com:

um *desenvolvimento combinado*, na feliz expressão de Leon Trótski (1879-1940: pressionados pelo capital dos países desenvolvidos, os atrasados progredem aos saltos, combinando a assimilação de técnicas as mais modernas com reações sociais e econômicas arcaicas – e esse progresso não lhes retira a condição de economias dependentes e exploradas. (NETTO, BRAZ, 2007, p. 187)

Por conseguinte, a AL emerge de uma sociedade de desenvolvimento desigual e combinado. Para Bianchi (2020, p. 271) o velho mundo convivia com o novo, o moderno com o arcaico, contraditoriamente, “[...] das grandes cidades comerciais do litoral e o primitivismo do interior.” Ou seja, os países que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial foram submetidos à barbárie da concorrência global e ao despotismo das potências imperialistas tornando-se submetidos a um processo de reversão neocolonial que coloca em questão a sua própria sobrevivência. É importante destacar, também, que:

Em muitos países latino-americanos, o capital não existe apenas como eixo dominante, como forma de poder, o que sugere uma certa distância de seu predomínio imediato, mas existe, sobretudo, como conexão de todas as formas de exploração do trabalho historicamente conhecidas. [...]. A dominação do capital no plano internacional não significa converter todo o conjunto das relações sociais em cada país em relações tipicamente capitalistas, inclusive pela conexão imperialista, que limita ou bloqueia determinados desenvolvimentos em extensas regiões, sem, entretanto, reduzir seu predomínio. (FONTES, 2010, p. 90)

Com relação a estrutura de classes latino-americana, Frank (2016) ressalta-a como formada e transformada pelo desenvolvimento colonial do capitalismo internacional, do mercantilismo ao imperialismo. Mediante essa estrutura colonial, as metrópoles da Espanha,

⁷ D. Harvey (2005, p. 107, grifos do autor) interpreta o imperialismo que surgiu no final do século XIX como ‘antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo’, ao contrário da descrição feita por Lenin.

⁸ Fontes (2008, p. 28) descreve que o autor apresenta esse fenômeno como a retomada de uma forma arcaica (reprodução capitalista não expandida ou não ampliada), que se tornaria dominante na atualidade e o designa como “acumulação por espoliação” (ou despossessão) [...], o processo atual de expropriação não mais se volta unicamente para fora do sistema capitalista (expropriação camponesa), como o supunha Rosa Luxemburgo.

⁹ Ainda citando D. Harvey (2005, p. 111), a política territorializada do Estado e do império retorna para reivindicar um papel-chave [...] da acumulação do capital e da sobreacumulação intermináveis. O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.



Inglaterra e dos Estados Unidos submeteram a AL à opressão econômica e à dominação política que determinaram suas estruturas sociocultural e de classes atual.

Osório (2019, p. 181) descreve o capitalismo como uma entidade intrinsecamente heterogênea, tanto no campo econômico quanto no campo político, “gerando diferenças na área estatal e no exercício da soberania.” Nesse sentido, o papel do Estado¹⁰ não é uma “‘sociedade’ no sentido da ‘classe operária ascendente’, mas o representante da sociedade capitalista, isto é, um Estado de classe [...], um controle da organização de classe do capital sobre o processo de produção do capital.” (LUXEMBURGO, 2019, p. 48, grifos da autora)

A ofensiva imperialista no continente latino-americano resultou em enfrentamentos políticos para diminuir o impacto destrutivo das políticas neoliberais e manter um importante aprendizado político para futuras resistências, destacaremos algumas dessas lutas políticas mais adiante no texto. Mesmo assim, o imperialismo demonstrou uma grande capacidade de contornar as barreiras que lhe antepunham, neutralizar as iniciativas que pudessem subverter a sua dominação e impor o padrão de acumulação neoliberal-periférico às sociedades latino-americanas. Quando colocada em perspectiva de longa duração, a ineficácia para deter as suas novas ofensivas reproduz um conjunto de oportunidades perdidas que mantém a AL submetida ao capitalismo dependente e do subdesenvolvimento. (LÊNIN, 2011)

Ianni (1974, p. 122) contribui com o debate sobre a problemática e o conceito de dependência estrutural. Para este autor, trata-se de um aspecto importante das relações de dominação-subordinação envolvidas nas relações imperialistas, ou seja, a dependência estrutural revela “[...] a forma pela qual o imperialismo insere-se e difunde-se no interior da sociedade subordinada; ou como se dá a interiorização das relações imperialistas, pela sociedade dependente.” Conforme, também, destaca Fernandes (2015) o desenvolvimento capitalista associado e dependente criou a sua própria dominação e articulação política a níveis continental e global. Esse processo causava as burguesias dependentes e impotentes da AL a função de contraposição nas forças contrarrevolução capitalista de cunho comunista, fascistização do Estado.

O conceito de dependência surge na AL como resultado do processo de discussão sobre subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Sendo assim, compreende-se como uma situação em que:

¹⁰ Conforme destacam Montaño e Duriguetto (2011, p. 44-45, grifos dos autores) a natureza de classe do Estado e sua função de conservar os interesses particulares dessa classe por meio da repressão, como registrado por Marx e Engels e, depois por Lênin, são afirmações que são conservadas por Gramsci. Ele denomina ‘sociedade política’ a esfera estatal, cuja função é a denominação de uma classe, conformada pelo conjunto de *Aparelhos de Coerção e Repressão* pelos quais a classe dominante impõe coercitivamente a sua dominação (aparato policial e militar, sistema judiciário e administrativo).



um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes. (SANTOS, 2016, p. 403)

Nesse cenário, os países dominantes dispõem de domínios tecnológico, capital, comercial e sociopolítico sobre os países dependentes que resultaram na determinação de condições de exploração e extração de parte dos seus excedentes produzidos, portanto, a dependência, fundamenta-se na divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial. (SANTOS, 2016)

Ainda com relação ao capitalismo dependente, conforme algumas pesquisas realizadas por F. Fernandes, nos períodos entre 1951 e 1955, estas apontam análises sobre a história da formação das sociedades nacionais da AL como:

'parte da expansão do mundo ocidental.' Processo de expansão que, nestes territórios, introjetou uma sociabilidade que revitalizava e prolongava o regime patrimonialista e estamental com base na tríade da grande plantação, da escravidão mercantil e do embrulho colonial. Formando uma dinâmica econômica, política e cultural dependente e que se desenvolvia à sombra de sucessivos transplantes de instituições, tecnologias, pessoal e valores sociais. (DUARTE, ADOUE, 2021, p. 192, grifo dos autores)

Em vista disso, o Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, ou seja, a sua subordinação as classes dominantes locais frente ao capital e classes soberanas imperialistas. Com isso, a hegemonia do grande capital latino-americano não sofreu transformações após as mudanças nas formas de dominação com as chamadas "democratizações." (OSORIO, 2019)

Os autores Duarte e Adoue (2021, p. 201-202) explicam, conforme citação abaixo, que o padrão de dominação do imperialismo atingiu sua expansão e penetração no ocidente sob a lógica do capitalismo dependente na AL¹¹ apresentando configurações no seu processo de formação. Nesse aspecto,

Em países como o Brasil, o capitalismo dependente conclui seu processo de formação apoiado pelos tanques e pela tecnocracia das ditaduras empresarial-militares – acontecimentos perante os quais Florestan defende que as fronteiras da história latino-americana repousam não em questões de crescimento econômico e

¹¹ A AL é constituída por países que apresentam um passado colonial com características históricas, sociais e culturais semelhantes. A economia da maior parte dos países latino-americanos é dependente, em sua maioria, de produtos agrícolas e minerais exportados para a Europa e EUA. Os produtos de importação vindos da Europa e dos EUA correspondem em sua maioria a produtos manufaturados importantes para atividades educativas, culturais, medicinais, tecnológicos, outros.



ou de modelos culturais que condicionam a absorção mais eficiente e eficaz de instituições e modelos de organização da vida econômica, política e social, mas nos 'fatos de estrutura'. Esses fatos mantêm um rígido monopólio do poder, do prestígio e das riquezas e trabalham pela manutenção e expansão da posição dependente e do subdesenvolvimento dessas economias e sociedades, nas quais o elemento variável é, tão somente, o caráter do nexo de dependência.

O novo contexto histórico mundial afetou a AL em todas as dimensões de sua vida econômica, política, social e cultural, ou seja, a modernidade desagregadora decorrente da incorporação das novas tecnologias para o progresso foi acompanhada de uma sistemática degradação das condições de vida de grande parte da população, como o aumento do desemprego, a acelerada precarização das relações de trabalho, o retorno de formas de trabalho escravo, a grande emigração da força de trabalho em busca de melhores condições de vida e trabalho.

3 MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS

Na AL, as ideias anarquistas e socialistas emergiram no período anterior à 1910 e refletiram no surgimento do movimento trabalhista. Nos casos da Argentina, Brasil e Chile, essas ideologias apareceram no final do século XIX. Com a crise da Primeira Guerra Mundial, os movimentos trabalhistas organizados cresceram na região com sindicatos, associações trabalhistas, jornais e partidos políticos recorrendo de forma crescente às greves na luta por seus direitos e movidos por mudanças sociais diante das desigualdades que marcavam as sociedades latino-americanas. (RINKE, 2012)

Ainda de acordo com Rinke (2012) o intervencionismo norte-americano na América Central, no Caribe e norte da AL após o fim da Primeira Guerra, foi alvo da resistência latino-americana que ultrapassou a esfera da diplomacia como forma de resistência pelos direitos de soberania dos países latino-americanos. Nesse período, surgiram importantes movimentos anti-imperialistas e partidos políticos como, por exemplo, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), no México em 1924. O surgimento dos movimentos sociais foi paralelo às experiências de democratização, nos países do sul da AL, onde a participação política foi ampliada para o direito eleitoral e a criação de novos partidos políticos. Klachko e Arkonada (2017) destacam que em alguns de nossos territórios, as saídas das ditaduras geraram amplas expectativas que se demonstraram no crescimento de uma militância social, política e cultural.

Martins (2020) explica que a AL dividiu-se em dois grandes momentos históricos. O primeiro, formado pelo imperialismo estadunidense aliado as burguesias internas e, o segundo pelas lideranças de esquerda, centro-esquerda e o movimento popular organizado



para uma democracia social avançada. Conforme enfatizam Prado e Pellegrino (2020, p. 168) os processos de redemocratização nos períodos de 1980 e 1990 foram marcados por uma transição considerada por muitos ‘conservadora’, dessa forma, diferentes cientistas políticos passaram a “refletir sobre as dimensões de uma cultura política autoritária que ultrapassava o domínio das Forças armadas e do Estado, com posturas autoritárias por extensos setores sociais que apoiaram os golpes.” Nesse cenário, houveram fortes mobilizações políticas na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Peru e Uruguai, com a participação de sindicatos e partidos de esquerda, ligas camponesas, guerrilhas indígenas, movimentos estudantis, outros, diante do processo de desmobilização desses setores pelos golpes, combinados a políticas socialmente exclusivas, reformas sociais e políticas.

A luta anti-imperialista na AL deve ser realizada por meio da luta de classes¹². A mobilização popular contra o inimigo de classe imediato, nos âmbitos nacionais e locais, provoca um forte confronto com o inimigo central imperialista que a decorrente da mobilização anti-imperialista direta. (FRANK, 2016). Nas últimas décadas, constatou-se na AL a intensidade e a diversidade das lutas políticas que marcaram as lutas de classes¹³, com iniciativas radicais, ultraradicais, moderadas e ultra moderadas; movimentos de massa, processos que priorizaram a ocupação dos aparelhos de Estado e a conquista do poder institucional pela via eleitoral e operações protagonizadas por pequenos grupos armados; organizações políticas de inspiração desenvolvimentista, nacionalista, comunista, anarquista e indigenista; processos políticos que eclodiram de maneira espontânea e outros que resultaram de um longo acúmulo de forças. (LÊNIN, 2011)

A partir dos anos de 1990 às experiências de organização, ativismo e resistências populares foram em sua maioria desativadas ou desarticuladas, pelo conflito gerado pela queda do campo socialista e a vitória do capitalismo neoliberal. (KLACHKO, ARKONADA, 2017). E, como mencionado anteriormente, pelos novos mecanismos de disciplinamento social em meio a repressão dos governos militares.

A ideologia neoliberal legítima o projeto do capital monopolista, sustenta a necessidade da intervenção do Estado na economia com a redução de suas funções estatais coesivas, a exemplo das dimensões democráticas quanto as políticas e aos direitos

¹² É importante mencionar que desde que existem sociedades de classe, e que a luta de classes constitui o conteúdo essencial da história delas, a conquista do poder político foi sempre a finalidade de todas as classes ascendentes, como também o ponto de partida e o coroamento de todas as épocas históricas. (LUXEMBURGO, 2019, p. 100)

¹³ Klachko e Arkonada (2017, p. 20-21) explicam que o grau de consciência para si e de auto-organização que uma classe ou fração social possa ter em um momento histórico determinado, conforme sua experiência histórica de luta. O debate teórico e político diz respeito à questão dos conceitos de ‘luta econômica’ e de ‘luta política’ (que refletem ou não ordens diferentes da realidade). Na AL, esse aparente dilema ocupou estudiosos e militantes na década de 1990, quando parecia haver uma brecha difícil de superar entre os movimentos sociais e sua necessária expressão política, orientada a produzir mudanças sociais mais gerais. Na década seguinte, muitas dessas experiências de luta e de movimentos sociais foram tomando expressão política de maneiras muito variadas nas diferentes realidades nacionais, [...] por movimentos sociais e outras por partidos políticos institucionalizados, novos ou renovados.



sociais. Entre países centrais e países periféricos, é notável, os agravos orientados para os países dependentes e periféricos. É importante destacarmos, mas sem o intuito de aprofundar o debate, a financeirização do capitalismo tornara inteligíveis a dívida externa de muitos países periféricos e dependentes (tornando-se exportadores de capital para os países centrais), ajustes de suas economias por meio de reformas recomendadas, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que representam os interesses da oligarquia das finanças. (NETTO, BRAZ, 2007, grifos nossos).

De acordo com dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL) nos documentos Panorama Social da América Latina (2016-2018), que considera a desigualdade um fenômeno multidimensional dado a distribuição de renda, a estrutura de classe expressa na propriedade de ativos físicos e financeiros, o gasto público e social, dentre outros, além da convivência com experiências de redução da pobreza, a AL e o Caribe continuam sendo as regiões mais desiguais do mundo. Em 2017, vivem em pobreza 184 milhões de latino-americanos (30,2% da população), dos quais 62 milhões (10,25% da população) em situação de extrema pobreza, afetando, principalmente, as crianças e adolescentes, mulheres, a população nas áreas rurais, indígenas e afrodescendentes. Uma expansão do mercado de trabalho predominantemente informal, com crescimento no setor de serviços de baixa produtividade e altas taxas de informalidade. (IAMAMOTO, 2019)

Os países da AL apresentam diversas culturas e etnias entre os povos que enfrentam um novo avanço do imperialismo e do capital, da extrema-direita, conservadores e dos projetos neoliberais. Essa ofensiva, promove um renovado processo de recolonização dos países e uma agenda de reformas de interesses do mercado reproduzidas, especificamente, em cada país, tem causado consequências e transformações regressivas no plano social e econômico, no político e democrático. Dessa forma,

Algumas condições estruturais e históricas, no entanto, são universais aos países mediados pela dependência, inclusive ainda mais acentuadas na chamada 'globalização': burguesias débeis e integradas ao imperialismo, incapazes (e inimigas) de impulsionar tarefas democráticas não resolvidas secularmente – anti-imperialistas (antimonopolistas), agrárias, de opressões (autonomia aos povos, contra formas de racismo, machismo e homofobia) e culturais (científicas, tecnológicas e educacionais). (SILVA, COSTA, 2018, p. 2015-2016, grifos dos autores)

Borón e klachko (2020) destacam que a partir do ano 2000 a AL foi marcada por um avanço de forças políticas de esquerda por meio de novos atores políticos e até novas formas de fazer política surgiram com posicionamentos diversos em contraposição ao conservadorismo e ao neoliberalismo mediante um amplo conjunto de movimentos sociais como protagonistas das lutas e resistências anti-imperialista. No entanto, esse protagonismo



na luta dos movimentos sociais não foi igual em todos os contextos nacionais, como por exemplo, na Bolívia, no Uruguai e na Venezuela.

Diante desse cenário, novos processos de luta e resistência, mobilizações populares têm ocorrido na região, como mostram os recentes ciclos de protestos e levantamentos ocorridos nos principais países como: Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Equador, Venezuela e Haiti, configurando-se como os epicentros atuais das resistências populares.

As lutas sociais e de classes presentes em diversos países latino-americanos, configuram-se sob os governos progressistas fortalecendo os processos de continuidades das crises e apontam para novos desafios quanto as transformações políticas dos últimos vinte anos, desde a implantação do neoliberalismo. Estas lutas assumem a forma de movimentos contra a completa mercantilização do mundo, contra a totalizante (e totalitária) “mercadorização” de tudo que se produz, e ampliam-se intensamente, para procurar atingir, de modo cada vez mais persistente, o capital em sua própria materialidade. Sua força maior está em indicar a centralidade de suas lutas no próprio espaço do capital e de seu sistema, sendo, por isso, lutas centralmente extraparlamentares e extrainstitucionais. (ANTUNES, 2017, grifos do autor)

De acordo com Borón e Klachko (2020) em vários países da AL, os ataques da direita e extrema-direita colocaram os movimentos sociais em alerta e, já estão erigindo-se fortes resistências as suas tentativas (neo)conservadoras e (neo)fascistas. Os resultados de suas políticas de dominação/exploração desgastaram a legitimidade dos governos que as promoveram, como se expressou no Brasil, com a queda de popularidade de Jair Bolsonaro na gestão da economia e da crise sanitária da Covid-19 e da Argentina com a recente eleição presidencial. No entanto, essa realidade está longe de constituir o fim da ofensiva neoliberal ou o retrocesso dos poderes econômicos que a fomentam, cuja força se sustenta no controle do capital imperialista, na violência e nos veículos de comunicação.

Para Houtart (2006, p. 425) os movimentos sociais que se “definem como a sociedade civil têm de precisar que se trata da sociedade civil de baixo, recuperando assim o conceito do A. Gramsci que a considera como lugar das lutas sociais.” Evitando, assim, cairmos nas armadilhas da ofensiva dos grupos dominantes, como o Banco Mundial, que procuram ampliar o espaço da sociedade civil na redução do papel do Estado e na implementação das Organizações Não Governamentais (ONGs). Uma melhor compreensão conceitual sobre os movimentos sociais, a partir do método dialético, nos é dada por Viana (2016, p. 125):

Os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais quando estes, devido insatisfação com determinada situação social específica, gera um senso de pertencimento, objetivos e mobilização (VIANA, 2016a) e cada um desses elementos necessita explicação e desenvolvimento. É preciso deixar claro que este conceito de movimentos sociais aponta para sua concreticidade, pois engloba a



totalidade do fenômeno, sua historicidade e sua determinidade: os movimentos sociais só surgem quando os grupos sociais se tornam “efetivos” ou “em fusão”, a partir dos outros elementos constitutivos acima delimitados, o que depende de condições sociais externas ao mesmo (a insatisfação social não é do grupo com ele mesmo e sim com sua situação social específica). Isso é apenas parte da questão, pois é necessário analisar as variedades de movimentos sociais, as suas ramificações (tendências, organizações, etc.), entre diversos outros fenômenos correlatos e derivados.

Os movimentos sociais¹⁴ latino-americanos originam-se ou se amplificam num contexto de crise da democracia, cuja expressão são os limites à participação popular decorrentes de sistemas políticos excludentes e a degeneração de instituições políticas tradicionais, partidos e sindicatos marcados pela corrupção, por práticas autoritárias e pela incapacidade de representar as demandas sociais que emergem nesse novo contexto histórico. Surgiram na cena política devido à sua dimensão política, cada um à sua maneira, apesar da disparidade de projetos e dos diferentes impactos produzidos. Apesar da heterogeneidade da base social mobilizada em cada movimento, observa-se um elemento em comum a partir de suas ideologias antineoliberal, antirreformas, antifascistas e do conceito de classe trabalhadora.

Esses movimentos apresentam-se diversos em sua composição social, demandas, correntes e tendências político-ideológicas, como também, em suas formas de organização e atuação, são condicionadas pelas tradições locais, de modo que não há características únicas. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011). Iamamoto (2019, p. 455-456), destaca algumas das formas de articulação coletivas expressadas em:

movimentos de trabalhadores (rurais e urbanos) e de novos sujeitos coletivos (Gramsci, 1981, 1979, 2001) presentes na luta contra as desigualdades na defesa dos direitos humanos: a mobilização estudantil na defesa da educação pública; [...] o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; as lutas das mulheres contra a opressão, o feminicídio, o assédio e pela legalização do aborto; as manifestações coletivas contra o desmonte da Previdência Social; as lutas dos afrodescendentes por direitos e contra o preconceito; da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades contra o genocídio de jovens, negros, pobres das periferias urbanas; a luta contra a fobia LGBTTT e contra todas as formas de racismo.

Na análise de Borón (2010) os movimentos sociais diante das limitações das democracias latino-americanas e a crise pela qual passam os partidos explicam o seu papel crescente desempenhado nos processos democráticos no continente. Com isso, a deslegitimação da política e dos partidos acendeu espaço para que “a rua” adquira um protagonismo renovado e ampliado na maioria dos países. Sendo assim,

¹⁴ A abordagem marxista dos movimentos sociais, cuja matriz situa-se no conflito capital-trabalho, privilegia o processo de luta histórica das classes subalternas. Isto não significa limitar-se à análise do movimento operário, relegando a um segundo plano outros movimentos políticos; tampouco implica em trabalhar com determinações exclusivamente econômicas, pois a opressão-dominação capitalista perpassa as mais diversas dimensões da existência social. (GUIMARÃES, GUERRA, 2013, p. 65)



Esses movimentos denunciam os tratados de livre comércio, a ingerência dos organismos multilaterais sobre as políticas governamentais, declaram-se anti-imperialistas, criticam o capitalismo neoliberal, defendem Estados plurinacionais que reconheçam sua autodeterminação e seus direitos coletivos, demandam a participação em assembleias constituintes, cujos representantes não seriam escolhidos “via partidos ou eleições tradicionais. (GALVÃO, 2008, p. 11)

Conforme Carcanholo (2014) o capitalismo contemporâneo, sob a égide da estratégia neoliberal de desenvolvimento, aprofundou a dependência das economias latino-americanas que complexificou a articulação dialética dos condicionantes estruturais e conjunturais da dependência. Portanto, Fontes (2008) explica que os movimentos sociais são compostos por trabalhadores e que precisam estar atentos às formas de expansão contemporânea do capital e de suas modalidades de subalternização.

4 CONCLUSÃO

É importante refletirmos no atual cenário sobre essa problemática descrita, resumidamente, que vem se agravando no século XXI marcada pela dominação imperialista impactando fortemente no papel e na organização política dos movimentos sociais nas lutas de classes anti-imperialistas no processo de transformação do padrão de dominação vigente alargando os desafios e na busca por novas alternativas para a superação da dominação/exploração na realidade latino-americana.

Em 2020, com a crise sanitária causada pela pandemia do novo vírus SARS-COV-2 Coronavírus (Covid-19), os países latino-americanos apresentam um cenário que impactam ainda mais as condições de vida da população, sobretudo, a classe trabalhadora a uma situação de pobreza extrema, a exemplos do Brasil, Argentina, Chile e Bolívia, com a fuga de capitais estrangeiros, aumento do desemprego, fome, dentre outros, conseqüentemente, o enfraquecimento e a divisão das lutas sociais nos regimes democráticos. Os diversos governos, dos mais reacionários até os supostos progressistas, não apresentam propostas eficazes frente à profundidade da crise histórica, econômica e social em curso e que está tornando a luta de classes, cada vez mais, profunda e complexa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina. **Direito e Práxis**. V. 08. N. 3. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 2212-2226.

BIANCHI, A. **Gramsci entre os dois mundos**: política e tradução. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.



BORÓN, A. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 81-97.

BORÓN, A.; KLACHKO, Paula. Sobre o “pós-progressismo na América Latina: contribuições para o debate. BORÓN, A.; et.al. (Org.). **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 15-37.

CARCANHOLO, Marcelo D. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**. V. 6. N. 2. Vitória (ES): Edufes; PPGPS, jul./dez., 2014. p. 6-25.

DUARTE, Felipe A.; ADOUE, Silvia B. Capitalismo dependente. PIZETTA, A. J. et.al. **Florestan Fernandes: ideias para combates**. São Paulo: Exp. Popular, 2021. p.191-209.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. Ed. São Paulo: Exp. Popular, 2015.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Em Pauta**. N. 21. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. p. 23-36.

FRANK, André G. O inimigo imediato (1968). LÖWY, M. (Org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 4. Ed. São Paulo: Exp. Popular, Perseu Abramo, 2016. p. 394-399.

GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Debates**. V. 2. N. 2. Porto Alegre: UFRGS, jul./dez., 2008. p. 8-24.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, M. C. R.; GUERRA, E. C. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Katálysis**. V. 16. N. 1. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2013. p. 63-71.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. BORÓN, A. et.al. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006. p. 421-430.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Libertas**. V. 18. N. 2. Juiz de Fora: UFJF, ago./dez., 2018. p. 204-226.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**. N. 136. São Paulo: Cortez, set./dez., 2019. p. 439-461.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade**. São Paulo: Exp. Popular; Fund. Abramo Perseu, 2017.



LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. São Paulo/Campinas: FE, UNICAMP, 2011. (Ed. E-book)

_____. **Democracia e luta de classes**: textos escolhidos. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOUREIRO, Isabel. (Org.) **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massas**. São Paulo: Exp. Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. 2. Ed. São Paulo: Exp. Popular, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. A América Latina no turbilhão do caos sistêmico: desafios da esquerda. **Margem Esquerda**. N. 34. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 40-45.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 5)

MOTA, A. E. Crise econômica e constituição de hegemonia. _____. **Cultura da crise e seguridade social**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 53-95.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 1)

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. Ed. São Paulo: Exp. Popular, 2019.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2020.

RINKE, Stefan. **História da América Latina**: das culturas pré-colombianas até o presente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. (Série História; 60)

SANTOS, Theotônio dos. Subdesenvolvimento e dependência (1970). LÖWY, Michael. (Org.) **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 4. Ed. São Paulo: Exp. Popular, Perseu Abramo, 2016. p. 400-404.

SILVA, Luiz F. da.; COSTA, Gisele, C. **Teoria da dependência e América Latina**: análise crítica na perspectiva da Revolução Permanente. São Paulo: Sundermann, 2018.

SILVA, Maria B. O. da.; DAVID, Thomaz D. Crises do capitalismo, imperialismo e lutas populares: uma mirada “desde el sur”. **Margem Esquerda**. N. 34. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 35-39.

VIANA, N. A contribuição de MARX para a teoria dos movimentos sociais. **Despierta**. Ano 03. N. 3. Curitiba: DECISO, PPGS/UFPR, 2016. p. 116-138.